

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO – SP

EDITAL (MINUTA)
CHAMADA PÚBLICA 90122/2024

1. PREÂMBULO

A União, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Presidente Epitácio, neste ato denominado simplesmente Câmpus Presidente Epitácio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar chamada pública para formalização de dispensa de licitação, conforme condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

Processo	23440.001863.2024-04
Objeto da Licitação	<i>Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Estudantil – PNAE.</i>
Modalidade	Dispensa de Licitação
Divulgação da chamada pública	De 21/11/2024 a 11/12/2024
Endereço para: Retirada do Edital, Entrega dos envelopes, Abertura dos envelopes, Fornecimento do objeto contratado	<i>Câmpus Presidente Epitácio</i> <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo</i> <i>Rua José Ramos Júnior, nº 27-50</i> <i>Bairro: Jardim Tropical – Presidente Epitácio / SP</i> <i>CEP: 19.477-170</i> <i>Fone: 18 – 3281-9581</i>
Abertura dos Envelopes:	12/12/2024 às 09h30
Contato para informações e esclarecimentos	adm.pep@ifsp.edu.br

2. DA LEGISLAÇÃO

1. O procedimento observará as disposições da Lei nº 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, Resolução nº 04/2015/CD/FNDE/MEC, e demais normas aplicáveis, e será subsidiado pela Lei nº 14.133/2021.

3. DOS ANEXOS

1. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 1. Anexo I – Termo de Referência;
 2. Anexo II A – Relação de itens e entrega resumida
 3. Anexo II B – Relação de itens e entrega produtos PNAE
 4. Anexo III – Projeto de Venda;
 5. Anexo IV – Declaração de Origem dos Produtos;
 6. Anexo V – Termo de Recebimento Definitivo
 7. Anexo VI – Termo de Contrato
 8. Anexo VII – Dados para confecção do contrato
 9. Anexo VIII – Termo de Homologação da Chamada Pública

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar deste procedimento, somente:
 1. Fornecedores Individuais: Agricultores familiares não organizados em grupos, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP física;
 2. Agricultores familiares organizados em grupos informais detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Física de cada agricultor.
 3. Grupos formais: Agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações) detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Jurídica.

5. DO CREDENCIAMENTO

1. Para se manifestar durante a sessão pública, o proponente, quando pessoa física, deverá apresentar seu documento de identidade, ou, quando pessoa jurídica, o documento de identidade de seu representante legal e o ato que lhe dá poderes para representá-lo.
2. O credenciamento só é necessário quando o proponente quiser manifestar-se durante a sessão pública.
 1. O credenciamento poderá ser efetuado durante a sessão pública, antes de quaisquer manifestações em nome do proponente a ser representado.
 2. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do proponente no presente procedimento, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do proponente.
3. Considera-se como representante do proponente qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
4. Cada credenciado poderá representar apenas um proponente. Aquele que já tiver, na sessão pública, manifestado em nome de um proponente, não poderá mais optar por representar outro, nesta mesma sessão.
5. Os documentos exigidos nesta dispensa de licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
 1. Não terá por comprovada a autenticidade de documentos por meio de cópias que não sejam das originais (cópia de cópia).

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

1. Os envelopes deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Câmpus, no endereço detalhado no preâmbulo deste Edital.
2. Cada participante deverá apresentar único envelope contendo os documentos de habilitação.
3. O envelope poderá ser entregue à Comissão por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade, para a qual será emitido o respectivo recibo.
4. A fim de evitar riscos quanto a eventuais polêmicas sobre a entrega tempestiva dos envelopes, não será aconselhado o encaminhamento

de envelope por via postal.

5. Se porventura mais de um envelope de um mesmo participante for entregue à Comissão, terá preferência, para efeito de participação na disputa, aquele apresentado por representante devidamente credenciado pelo participante; se mais de um envelope do mesmo participante tiver sido entregue desta forma, terá preferência aquele apresentado por último, tempestivamente.
 1. Envelopes apresentados após o momento definido previamente no preâmbulo deste edital somente serão recebidos se o responsável por entregá-los apresentar-se para tanto, na Coordenadoria de Licitações e Contratos, até o horário limite determinado, e estiver aguardando o atendimento pela Comissão.
 2. Depois de ultrapassado esse horário, exceto na situação acima, nenhum outro envelope será recebido, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação.
6. O conjunto de documentos relativos à habilitação deverá ser entregue em envelope fechado e lacrado, identificado com o nome do participante e contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

CHAMADA PÚBLICA Nº 90122 / 2024

FORNECEDOR < *Fornecedor Individual: nome e CPF ou Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF ou Grupo Formal: nome do grupo e CNPJ* >

7. Por envelope entregue será emitido um recibo.
8. Será considerado um único envelope por participante que tiver entregado documentos fisicamente.
 1. Se mais de um envelope de um mesmo participante tiver sido recebido, terá preferência, para efeito de participação na disputa, aquele indicado, durante a sessão pública, por representante devidamente credenciado pelo participante, ou, se não houver manifestação do interessado, aquele apresentado por último.

7. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

1. No dia, horário e local designados no preâmbulo deste edital, a Comissão dará início à sessão pública.
2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.
3. Após assinatura nos envelopes pelos membros da Comissão e pelos proponentes, proceder-se-á a abertura desses, quando então a documentação de habilitação será analisada, conforme item próprio deste edital.
4. As documentações dos envelopes também deverão ser rubricadas pelos membros da Comissão e pelos proponentes e representantes presentes, anotando em ata a quantidade de folhas que foram ocasionalmente entregues.
 1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.
5. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e proponentes presentes.

8. DO PROJETO DE VENDA

1. O Projeto de Venda deverá estar em conformidade com esta chamada pública e ser entregue, conforme Anexo III deste edital, de forma legível em uma via, sem emendas ou rasuras, contendo preço(s) unitário(s) e total(is) propostos em moeda corrente do país. Deverá conter, ainda, conforme o caso:
 1. Identificação do número da chamada pública;
 2. Nome do Agricultor individual;
 3. Nome dos proponentes dos grupos formais e/ou informais, quando for o caso;
 4. Nome da entidade articuladora do grupo informal, quando for o caso;
 5. Relação de fornecedores e produtos (produto, unidade, quantidade, preço e valor total);
 6. Descrição dos mecanismos de acompanhamento das entregas dos produtos;
 7. Característica do fornecedor proponente e assinatura do fornecedor
2. A critério da Administração e havendo necessidade de correções no Projeto de Venda, poderá ser concedido prazo para regularização, o qual poderá ser prorrogado por igual período, observando o tratamento isonômico a todos os proponentes.

3. A apresentação de Projeto de Venda para a contratação pretendida implica concordância do proponente em fornecer os produtos pelo preço de referência constante no Termo de Referência, independentemente do valor apresentado em sua proposta.
4. Os gêneros alimentícios deverão atender às exigências sanitárias das autoridades competentes.
5. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP Familiar / ano / entidade executora, e obedecerá às seguintes regras:
 1. Para comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP Familiar / ano / entidade executora;
 2. Para comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

$$V.máx.cont. = N^{\circ}.agric.fam. \times R\$ 40.000,00 ; \text{ onde}$$

V.máx.cont. = valor máximo a ser contratado;

N^o.agric.fam. = número de agricultores familiares munidos de DAPs familiar, inscritos na DAP jurídica

3. Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a Entidade Executora a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais;
4. Cabe à Entidade Executora a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com grupos informais e agricultores individuais.
5. À Entidade Executora também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações nos casos de comercialização com grupos formais.
6. A Entidade Executora poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com DAP Jurídica, desde que o valor da Chamada Pública seja superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).
7. Os agricultores familiares, detentores de DAP Física, poderão contar com uma Entidade Articuladora que poderá, nesse caso, auxiliar na elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.
 1. As Entidades Articuladoras são aquelas definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.
8. Conforme determina o art. 25 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural (municípios territorialmente limítrofes com o município descrito no preâmbulo deste edital), grupo de projetos do estado (outros municípios do estado de São Paulo, exceto limítrofes) e grupo de propostas do País (de outros estados brasileiros).

9. DA HABILITAÇÃO DOS PROJETOS DE VENDA

1. Para a habilitação dos projetos de venda serão exigidos:

1. Dos fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
2. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
3. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante, conforme anexo deste edital;
4. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
5. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda anexo neste edital.

2. Dos Grupos Informais de Agricultores Familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
2. Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
3. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes, conforme anexo deste edital;
4. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
5. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no

projeto de venda anexo neste edital.

3. Grupos Formais de Agricultores Familiares, detentores de DAP Jurídica:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 2. Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
 3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 4. Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
 5. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme anexo deste edital, assinado pelo seu representante legal;
 6. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados / cooperados relacionados no projeto de venda anexo neste edital;
 7. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados / associados; e
 8. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
2. **Para os produtos orgânicos, será exigida a respectiva certificação orgânica, a qual deverá constar no envelope, juntamente aos demais documentos de habilitação.**
3. **Para os casos em que for necessário apresentação de certificação sanitária (SIM, SISP, SIF, SISBI ou selo equivalente), será necessário que tal selo permita a comercialização no município de Presidente Epitácio.**
4. Não será considerado inabilitado o grupo formal que deixar de apresentar no envelope a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, desde que a Comissão logre êxito em comprovar tais regularidades por meio de consulta *on line* na Internet, procedimento a ser realizado, se necessário, logo após a abertura do(s) envelope(s).
5. Cada documento deverá ser apresentado em uma via, podendo ser o original, cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação do original.
6. Toda a documentação deverá estar vigente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.
7. Na ausência ou irregularidade de quaisquer dos documentos de habilitação, a Comissão, a seu critério, poderá conceder prazo para regularização, observado o tratamento isonômico a todos os proponentes.

10. DA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE VENDA

1. Para seleção, os projetos de venda (modelos no Anexo III) habilitados devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.
2. Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP.
3. Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica.
4. Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
 1. o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;
 2. o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;
 3. o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;
 4. o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.
5. Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:
 1. os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
 1. Para efeitos do disposto neste item, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);
 2. Em caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

2. os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;
3. os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);
 1. No caso de empate entre Grupos Formais têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica;
4. Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.
5. Caso a EEx não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização acima estabelecidos.

11. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

1. Depois de homologado o procedimento de análise da documentação, o proponente classificado provisoriamente em primeiro lugar será convocado para apresentação de amostra dos produtos ofertados, no prazo de **2 (dois) dias úteis**.
2. As amostras deverão ser apresentadas no câmpus, descrito no preâmbulo deste Edital, conforme constar na convocação, na quantidade de 01 (uma) unidade de cada sabor, para os seguintes itens: 1. Pão, 2. Bolo, 3. Biscoito de Amido, 4. Rosca, 5. Chipa. Já aqueles que serão fornecidos em litros: 6. Suco, 7. Água de Coco, 8. Iogurte apresentar apenas 01 (um) litro de um sabor a ser definido na convocação.
3. As amostras deverão ser apresentadas em embalagens identificadas com rótulo contendo no mínimo o número desta chamada pública, nome do fornecedor, nome do produto e sabor, além de informações nutricionais, ingredientes e prazo de validade.
4. As amostras serão submetidas aos testes necessários e analisadas pela Comissão Especial de Compras e Acompanhamento das Ações de Alimentação Escolar, que emitirão parecer em ata devidamente assinada e identificada.
5. A não apresentação de amostra ou aquela apresentada em desacordo com este edital e anexos, implicará a automática desclassificação do item e/ou proposta.

12. DO RESULTADO

1. A Comissão de Avaliação divulgará o resultado do processo em até **2 (dois) dias úteis** após a conclusão de todos os trabalhos desta chamada pública.
2. A divulgação do resultado da chamada pública se dará no Diário Oficial da União, no endereço eletrônico do câmpus descrito no preâmbulo deste edital, e em local do câmpus de fácil acesso à comunidade.
3. A contratação se dará por meio de Dispensa de Licitação fundamentada no art. 14 da Lei n.º 11.947 de 16 de junho de 2009.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo de dispensa será submetido à autoridade competente para que se proceda a devida homologação.

14. DO CONTRATO

1. O(s) proponente(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do futuro fornecedor e aceita pela Administração.
3. Antes da assinatura do contrato, o órgão realizará consulta online para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo **em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado**, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o ato convocatório, independentemente da cominação prevista neste edital.

15. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

1. É expressamente **vedada** a subcontratação no todo ou parte do objeto deste Edital.

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O prazo de vigência do contrato será de doze meses, a partir da data da ordem de serviço ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que primeiro ocorrer.
2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n. 39/2011.
3. A vigência do contrato poderá ser prorrogada, conforme interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos totalizando 60 meses, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

18. DO REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS

1. O reequilíbrio de preços, em virtude de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis ou força maior, poderá ser solicitado a qualquer momento, desde que demonstrados os requisitos para sua concessão.
2. Pedidos de reequilíbrio de preços por parte do CONTRATADO deverão demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao futuro contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do futuro termo.
 1. Pedido de revisão de preços é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços que o CONTRATADO não teria condições de suportar já na época de apresentação do seu Projeto de Venda. Solicitações dessa natureza serão prontamente indeferidas.
 2. A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até **60 (sessenta) dias**.
 3. Durante a análise do pedido de revisão de preços pelo CONTRATANTE, não será admitida a suspensão do fornecimento do objeto desta chamada pública. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial das obrigações assumidas, implicando a instauração de Processo Administrativo para aplicação das sanções e penalidades cabíveis.
3. Sob nenhum pretexto haverá reequilíbrio econômico-financeiro retroativo; o prazo será contado a partir da manifestação do CONTRATADO, para os próximos fornecimentos para os quais não tenha sido ainda emitida a Ordem de Fornecimento.

19. REAJUSTE DE PREÇOS

1. Reajuste de preços é a recomposição da perda inflacionária mediante a aplicação do índice econômico IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apurado nos últimos 12 (doze) meses.
2. Para a solicitação de reajuste de preços é preciso o decurso de prazo mínimo de doze meses entre a data de apresentação das propostas e a data do requerimento.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

1. INCUMBE AO CONTRATANTE:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal Fatura, a entrega efetiva do objeto, emitir Termo de Recebimento Definitivo ou, se for o caso, recusar o fornecimento desconforme;
2. Efetuar os pagamentos ao contratado dentro do prazo estipulado no edital;
3. Efetuar o cadastramento do(s) proponente(s) homologado(s) no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, antes de sua contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada, sem ônus para o proponente, se este ainda não estiver inscrito no referido cadastro.
4. Aplicar ao contratado as penalidades regulamentares e contratuais.
5. Acondicionar adequadamente os alimentos entregues.

2. INCUMBE AO CONTRATADO:

1. Substituir ou, se for o caso, complementar, sem ônus adicionais e no prazo, todos os produtos recusados na fase de recebimento;
2. Corrigir, às suas expensas, quaisquer danos causados à Administração, decorrentes da utilização dos bens de seu fornecimento;
3. Fornecer o objeto pelos preços apresentados em sua proposta;
4. Acatar as normas internas da CONTRATANTE;

5. Transportar adequadamente os alimentos de forma que não fiquem expostos ao sol por período prolongado;
6. Durante a vigência do contrato, informar o contratante sobre mudanças de endereço, assim como de mudanças de números de telefone e de e-mail informados para contato, imediatamente à ocorrência de quaisquer dessas alterações.
7. Retirar todos os materiais recusados, das dependências do Câmpus Presidente Epitácio, dentro do prazo fixado para sua substituição ou para sanar outras falhas, independentemente de o fornecedor ter cumprido a obrigação de entregar outro material para nova verificação de compatibilidade com o objeto do contrato;
8. Cumprir, no que couber, as disposições previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

21. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

1. A convocação do fornecedor poderá ocorrer por telefone, e-mail ou pelos correios e será informado o endereço, a repartição, o prazo máximo para início do fornecimento, bem como a quantidade a ser adquirida, observada a periodicidade mínima de entrega constante no Termo de Referência.
2. Os gêneros alimentícios a serem entregues poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem nesta chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente. Essa necessidade de substituição deverá ser atestada e aprovada pelo responsável técnico da CONTRATANTE.
3. Os quantitativos por entrega (“Fração de Entrega”) são meras previsões, de acordo com o histórico de consumo do câmpus. Portanto, essas quantidades poderão ser alteradas, conforme necessidade, desde que não causem ônus, não previstos nesta chamada pública, aos fornecedores.
 1. O fracionamento mínimo de entrega poderá ser reduzido significativamente, devido às férias dos alunos, principais.
4. As embalagens dos produtos poderão ter outras características, desde que obedeçam à legislação específica vigente e com prévio acordo com o setor solicitante.
5. Todo fornecimento deverá vir acompanhado de um recibo de entrega contendo o peso/quantitativo de cada produto, conforme unidade de fornecimento, e o nome do solicitante, devendo uma via ser entregue ao servidor designado pela CONTRATANTE para receber os produtos.
6. Os produtos deverão ser entregues, exclusivamente às expensas do CONTRATADO, as quais inclui despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.
7. Cada fornecimento deverá ser entregue no setor do almoxarifado da CONTRATANTE, cujo endereço encontra-se no preâmbulo deste Edital.
8. A convocação para início do fornecimento deverá ter antecedência mínima de **48 horas**.
9. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues conforme detalhado no Termo de Referência, anexo a este Edital.
10. Quando da entrega as embalagens / alimentos deverão apresentar-se:
 1. isentos de substâncias terrosas ou químicas;
 2. sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
 3. sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;
 4. sem umidade externa anormal;
 5. isentos de odor e sabor estranhos;
 6. não deverão apresentar temperatura consideravelmente elevada, indicativa de exposição solar por período prolongado.
11. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens novas e adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização.
12. Todos os produtos deverão conter em suas embalagens: identificação do produto, data de validade e identificação do produtor.
13. A pontualidade na entrega das mercadorias para o câmpus está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

22. DO PAGAMENTO

1. Os critérios de medição e pagamento como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Termo de Referência, anexo deste Edital.

23. DA FISCALIZAÇÃO

1. O modelo de gestão do contrato como um todo encontra pormenorizado em tópico específico do Termo de Referência, anexo deste Edital.

24. DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1. Os recebimentos provisório e definitivo como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Termo de Referência, anexo deste Edital.

25. DA RESCISÃO DO CONTRATO

1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. FONTE DE RECURSOS

1. As despesas decorrentes da presente contratação estão estimadas em R\$ R\$ 181.981,00 (cento e oitenta e um mil novecentos e oitenta e um reais) que correrão à conta dos recursos provenientes do FNDE/PNAE.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas como um todo encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, anexo deste Edital.

28. DOS RECURSOS

1. Dos atos da Administração, praticados no curso deste procedimento, será admitido recurso hierárquico, no prazo de **três dias úteis** a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:
 1. habilitação ou inabilitação do proponente;
 2. rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021;
 3. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
2. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de **três dias úteis**.
3. O recurso será dirigido à Comissão, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até **cinco dias úteis**, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
 1. A decisão deverá ser proferida no prazo de até **onze dias úteis**, contando do recebimento do recurso.
4. Os recursos interpostos em razão de habilitação ou inabilitação de proponente terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.
5. Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do proponente aos autos do processo ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.
6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão, em até **cinco dias consecutivos** anteriores à data de abertura da sessão pública.
 1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular afixada em mura na sede da Comissão e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.
2. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto.
3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas documentações, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por essas despesas, independentemente da condução ou do resultado do procedimento.
4. A participação neste procedimento implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

5. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, será automaticamente transferida para **o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação contrária da Comissão.
7. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase deste procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
10. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
11. Todas as peças que compõem o processo são complementares entre si. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida. Não será admitida a argumentação de desconhecimento de obrigação a ser cumprida devido sua omissão em algum documento.
12. O edital e seus anexos, assim como os demais autos do processo administrativo, permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações no endereço e horário detalhados no preâmbulo deste Edital.
 1. O Edital também será disponibilizado, na íntegra, por e-mail, mediante solicitação enviada para endereço eletrônico descrito no preâmbulo deste Edital.
13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições das normas aplicáveis.

30. DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Subseção Judiciária de Presidente Prudente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Presidente Eptácio, 19 de novembro de 2024.

Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar

Randal Franklin Siqueira Campos

Diretor Adjunto de Administração

Após análise, aprovo este Edital, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Alexandre Ataíde Carniato

Diretor-Geral do IFSP – Câmpus Presidente Eptácio

Documento assinado eletronicamente por:

- **Randal Franklin Siqueira Campos, DIRETOR(A) ADJUNTO(A) - CD4 - DAA-PEP**, em 19/11/2024 17:40:27.
- **Alexandre Ataíde Carniato, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DRG/PEP**, em 19/11/2024 17:49:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/11/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 845773

Código de Autenticação: e4362ff15b



Rua José Ramos Júnior, 27-50, Jardim Tropical, PRESIDENTE EPITÁCIO / SP, CEP 19470-000